

AS FOMES: DA COMIDA E FALTA DELA À FOME DE LUCROS**HUNGERS: FROM FOOD AND LACK OF IT TO HUNGER FOR PROFITS**

Newton Gomes Júnior

Doutor em Política Social, pela UnB. Pós-Doutor em Economia, pela Unicamp. Professor no PPG em Política Social, pela UnB. Líder do Grupo de Estudos da Insegurança Alimentar, Fome e Comida de Verdade PPGPS/CNPQ.

RESUMO

O ensaio apresentado remete ao XIV Congresso Internacional em Direitos Humanos promovido pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), na cidade de Palmas, Tocantins, entre os dias 19 e 21 de outubro de 2022. O argumento central remete à ideia de que o escândalo representado pelos números da fome, longe de ser um flagelo, é a expressão mais evidente de uma sociedade submetida às necessidades do capital, em detrimento à satisfação adequada das necessidades humanas básicas. As ponderações desenvolvidas a partir do argumento central percorrem as dimensões do dever do Estado na garantia das condições de cidadania, debruçam-se na manipulação do imaginário social quanto aos significados da ideia de comida e da insegurança alimentar. Por intermédio de diálogos de autores de referência na temática da fome, comida e segurança alimentar, fundamentou-se a conclusão que atribui às necessidades do capital a determinante principal da condição de insegurança alimentar atual.

Palavras-Chave: Fome. Insegurança Alimentar. Comida. Estado e Necessidades Humanas.

ABSTRACT

The essay presented refers to the XIV International Congress on Human Rights promoted by the School of Judges of the State of Tocantins, in the city of Palmas between October 19 and 21, 2022. The central argument refers to the idea that the scandal represented by hunger numbers, far from being a scourge, is the most evident expression of a society submitted to the needs of capital in detriment to

the adequate satisfaction of basic human needs. The considerations developed from the central argument go through the dimensions of the State's duty in guaranteeing the conditions of citizenship, and focus on the manipulation of the social imaginary as to the meanings of the idea of food and food insecurity. Through dialogues with reference authors on the theme of hunger, food and food security, the conclusion is based that attributes to the needs of capital the main determinant of the current condition of food insecurity.

Keywords: Hunger. Food insecurity. Food. State. And human needs.

I INTRODUÇÃO

A II Pesquisa VIGISAN¹, apresentada em agosto, de 2022, revelou em números a extensão da Insegurança Alimentar no País. Entre fins de 2021 e início de 2022, o Brasil exibia 125,2 milhões de pessoas com algum grau de dificuldade para assegurar o acesso regular e permanente aos alimentos necessários a uma dieta suficientemente adequada, segura e saudável para o ser humano. Dentre esses mais de 100 milhões de pessoas em condição de IA, 33,1 milhões, 26,4% daquele universo passavam fome literalmente.

O escândalo representado pelos números da fome relembra aos governos e à sociedade civil o dever irretorquível de Estado e Sociedade de deter a qualquer custo a evolução de uma tragédia, cujas raízes estão fortemente fincadas no terreno das necessidades do capital, no campo do exponenciado apetite pelo lucro. Nessa perspectiva, a fome não é como muitos insistem em classificá-la como sendo um flagelo. Longe disso, num mundo que produz alimentos para abastecer 1,5 vezes a população total do Planeta, a fome é um escândalo (GEORGE, 1978)

Ao assumirmos que a fome é um escândalo e que para ser debelada requer antes de tudo que o Estado cumpra seu dever precípua de assegurar a qualquer indivíduo, sem restrições ou ponderações, o gozo de saúde plena, capacidade de agência com autonomia crítica (DOYAL & GOUGH, 1991; GOMES JUNIOR, 2015), requerimentos para o exercício da cidadania; apresentamos nesse ensaio argumentos em defesa de uma política pública de abastecimento alimentar que se proponha imperiosamente a superar a fome no Brasil.

Nesse propósito e esforço dividimos nossa argumentação em duas partes argumentativas além dessa introdução e da conclusão. Na primeira delas apresenta-

1 Pesquisa sobre as condições de insegurança alimentar levada a termo por pesquisadoras associadas à Rede de Pesquisadores em Segurança Alimentar e Nutricional, tendo como parâmetro para a avaliação da Insegurança Alimentar a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)

mos os contenciosos em torno da fome no País e questionamos se as políticas de transferência de rendas, o expediente quase que exclusivo de intervenção do Estado na luta contra as manifestações de insegurança alimentar grave e moderada são suficientes ou se transferem para os beneficiários dessas políticas a responsabilidade de tentarem equacionar eles mesmos as privações com que se vêm às voltas.

A segunda seção se debruça sobre o sistema de abastecimento alimentar brasileiro que evoluiu de uma presença mais ativa do Estado para o oposto, a ausência de regulações e outras intervenções em favor da ideia de que os supermercados cumprem adequadamente a função de assegurar o abastecimento, bastando, para tanto, que o consumidor tenha recursos pecuniários que lhe permita pagar pela comida.

2 AS FOMES NO BRASIL DE HOJE

A fome não é um flagelo, é um escândalo. Assim referiu-se Susan George (1978) em o Mercado da Fome, indignada com centenas de milhões de famintos num mundo que produz mais do que o suficiente para que nenhuma pessoa vá dormir sem ter comido o suficiente para suprir todas as suas necessidades de qualquer natureza.

No século XXI, a despeito de a produção de alimentos manter um ritmo de crescimento médio em torno de 2,5% ao ano enquanto a população mantém crescimento vegetativo em torno de 1,16% (GIMENEZ & PATEL, 2009) da fome, de acordo com os dados do Relatório da Segurança Alimentar 2022, publicado pela Organização para a Agricultura e Alimentação (FAO, 2023), órgão das Nações Unidas, segue em ritmo ascendente vitimando 828 milhões de pessoas em todo o mundo.

No Brasil, a II VIGISAN, pesquisa conduzida por estudiosas e pesquisadoras associadas à Rede de Pesquisadores em Segurança Alimentar (PENSSAN), traz que pelo menos 125 milhões de brasileiros vivem em condição de Insegurança Alimentar, dos quais 33,1 milhões passam fome literalmente (OLHEPARAAFOME.COM.BR, 2022). São números pornográficos diante do fato de o mundo produzir alimentos suficientes para alimentar 1,5 vezes a população da Terra, e o Brasil ser um dos maiores produtores de grãos e de proteína animal do globo.

As raízes da fome são conhecidas e discutidas faz muito, muito tempo. Não residem na disponibilidade da oferta de alimentos, e sim na assimetria entre a renda disponível nas mãos das amplas massas populares e os preços dos alimentos no circuito de distribuição; a explicação para o fato de poucos estarem comendo muito mais do que deveriam enquanto muitos comem menos, submetidos a uma dieta alimentar inadequada e insegura que os expõem, para além da fome, a riscos reais à vida é a face perversa de uma sociedade marcada pela forte concentração

de rendas e de oportunidades, excludente quanto à participação das massas populares numa vida com sentido.

A publicação da II VIGISAN, em agosto de 2022, expôs na forma de dados uma realidade de miséria e de fome há muito perceptível pelo olhar empírico de qualquer pessoa que ande pelas cidades e campo no Brasil. Em grandes e médias cidades, o espaço urbano se deteriorou aceleradamente a partir de 2015, talvez até antes, com milhares de pessoas vivendo em condições indignas acampadas nas ruas e praças, dormindo em caixas de papelão, revirando lixo em busca de restos de comida.

Nas análises dos resultados obtidos a partir dos dados colhidos na execução da referida pesquisa, o cenário degradante dos milhares de indivíduos vivendo nas ruas foi reforçado com as tintas da constatação de que em domicílios em que as pessoas conviviam com insegurança alimentar moderada e grave ocorreram relatos de vergonha, constrangimentos para conseguir comida: "...usos de estratégias social e humanamente inaceitáveis para a obtenção de alimentos, violando, portanto, a sua dignidade e seu Direito Humano à Alimentação Adequada".

São 33,1 milhões de famélicos vivendo em domicílios desprotegidos de qualquer política pública que proporcione um mínimo de dignidade na forma de alimentos, produtos de higiene e de limpeza.

Mesmo para aquelas famílias que recebem o Auxílio Brasil, nome atual da Bolsa Família, criado em 2003-2004, a transferência de renda no montante de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) é incapaz de alterar as condições de risco real à vida que a fome acarreta como também seria e a transferência fosse elevada para R\$ 600,00 (seiscentos reais). A pesquisa sobre a insegurança alimentar que vem orientando nossa argumentação anota que no Brasil, entre fins de 2021 e início de 2022, 36,8% da população brasileira registrava uma renda per capita média em torno de metade de um salário mínimo, ou seja R\$ 606,00 (seiscentos e seis reais) ou pouco mais de R\$ 20 (vinte reais) per capita dia, enquanto 19% da população tentava viver com renda per capita mensal de R\$ 304,00 (trezentos e quatro reais) ou R\$ 10 (dez reais) por dia. Assim, se assumíssemos que todas as famílias com esse rendimento recebessem uma transferência de R\$ 400 (quatrocentos reais) ou R\$ 600,00 (seiscentos reais), a renda familiar atingiria, para as famílias com renda per capita de meio salário mínimo R\$ 2.624,00 (dois mil seiscentos e vinte reais) (2,2SM) e R\$ 1.612,00 (mil seiscentos e doze reais) (1,3 SM), respectivamente.

O Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), disse que o valor médio da cesta básica no Brasil para agosto de 2022 equivalia a 58,54% do salário mínimo líquido, descontados os 7,5% do INSS, ou seja, um terço da população do País com nível de renda familiar média girando entre 2 salários mínimos (R\$ 2.424,00) e 1 salário mínimo (RS 1.212,00) em valores brutos, dependem entre 27,36% e 54,73% da renda disponível, respectivamente, só para aquisição dos 13 produtos da cesta básica.

Convém lembrar que a vida das pessoas não se restringe à comida. Por determinação constitucional, o salário mínimo deveria cobrir gastos de um trabalhador e de sua família com alimentação, higiene, vestuário, moradia, saúde, educação, transporte, lazer e previdência. De acordo com esse imperativo, o DIEESE calculou que, em setembro de 2022, o salário mínimo deveria ser de R\$ 6.306,90 (seis mil trezentos e seis reais e noventa centavos). A realidade, contudo, alerta que a população mais pobre do País compromete entre 1/3 e metade da renda familiar só com alimentos. Nessa projeção, não estão computados gastos com gás de cozinha, cujo preço médio nacional para o cilindro de 13kg girava, em setembro, de 2022, em torno de R\$ 113,00 (cento e treze reais). Essa é somente a face mais visível da miséria e da fome que assola o País.

Em **Raízes da Fome**, obra organizada por Maria Cecília Minayo (1985), Paul Singer tratou da condição de fome lancinante por fome epidêmica, cercada de urgência, que não admite procrastinação na intervenção do Estado e cobra solidariedade da sociedade civil, da banda que come em favor daquelas pessoas que com fome, como se reportou uma menina de 10 ou 11 anos em 1999, “comem até pensamento”².

A urgência em fazer recuar esse escândalo social é indiscutível; tirar o mundo dos marcadores estabelecidos pelo Mapa da Fome, contudo, está longe de representar a superação da fome. A linha de corte que estabelece o percentual mínimo de famélicos a partir do qual uma Nação deixa o tal Mapa da Fome sinaliza que a “urgência” foi debelada sem que isso signifique que a fome foi extirpada; a vergonha escancarada se recolhe, ainda como vergonha à privacidade das residências dos pobres enquanto seguem milhares de famélicos que não conseguiram superar a linha de corte do Mapa da Fome.

Contudo, uma vez o País fora do Mapa da Fome, a mensagem para o imaginário social é a de que o “pior já passou” e que sempre existiu a fome residual, como se fosse aceitável uma única pessoa faminta num mundo de abundância e excessos.

Para Singer (1985), a fome epidêmica é uma das faces da moeda, na outra exhibe a fome endêmica, silenciosa e que não escancara rostos macilentos e olhos baços nos apelos por ajuda das organizações de solidariedade e nos noticiários sobre a miséria na banda pobre do mundo. Nesse território, a fome se apresenta na forma de substituição de alimentos nutritivos por outros de alta densidade energética e miserável composição nutricional, vendidos a preços acessíveis à renda disponível, ou na intermitência da presença de todos os componentes de uma refeição ou ainda na redução da quantidade de comida disponível para cada refeição.

2 Frase escrita num desenho selecionado, em 1999, pelo Banco de Alimentos da Prefeitura de Santo André, SP, por ocasião de um concurso que escolheria o cartão de Natal do Banco de Alimentos daquele ano.

Seja no território da fome epidêmica seja na oceânica dimensão da fome endêmica, as alternativas de enfrentamento que têm prevalecido em todo o mundo são aquelas sustentadas nas iniciativas de transferência direta de renda.

Os expedientes de transferência de renda para mitigar a fome por intermédio da alavancagem do poder de compra dos mais pobres não são propriamente novos, podendo ser encontradas referências dessas iniciativas na Bíblia (DRÈZE & SEN, 2002). Não existe dúvida quanto ser esse mecanismo um potente aliado para minorar as condições individuais de insegurança alimentar entre os mais pobres.

Entretanto, como já vimos em passagem anterior, a vida para ser vivida com sentido não se resume à comida, esse é um dos requerimentos que, adequadamente preenchido, atesta que a pessoa não morrerá de fome, o que não é suficiente quando pensamos que as necessidades humanas básicas remetem ao gozo da saúde plena e do exercício da capacidade de agência com autonomia crítica, condições que envolvem muitos outros *satisfatores* para além da comida. O Direito Humano à Alimentação Adequada nos seus requerimentos para fruição desborda o acesso puro e simples à comida e encampa os determinantes da Soberania Alimentar, o que produzir, como produzir, para quem e para que produzir e com quem produzir.

Nos anos 2000, no seu Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, o Banco Mundial anotava a preocupação em recuperar a capacidade de consumo dos segmentos do subconsumo na América Latina, e no documento intitulado Estratégia de Redução da Pobreza 2000-2001 preconizava a transferência de renda e elegia a família como a melhor gestora para a renda transferida. Nascia nesse período noção de que o estímulo ao empreendedorismo seria a via mais segura para a recuperação da inserção dos excluídos economicamente, no consumo. Para Siqueira (2021), as iniciativas de transferência de renda no tecido da pobreza e miséria, preconizadas pelo Banco Mundial, capturam o imaginário social estiolando noções de pertencimento de classe das massas populares pela via da melhoria das condições de consumo. Numa democracia de mercado (DOWBOR, 1998) na qual a cidadania não se firma nos direitos, e sim a partir do consumo, mudanças nas capacidades de consumir tendem a ressignificar todas as coisas, até mesmo a comida convertida em numa mercadoria como qualquer outra.

Pelo exposto até aqui, a fome e sua superação não cabem como tem sido a ideia predominante na formulação das políticas públicas estimuladas por Estados Nacionais e apoiadas por organismos internacionais, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico e até mesmo a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) nas políticas de transferência de rendas e de estímulo ao empreendedorismo e emulação do consumo entre os mais pobres. Sem negar a importância da renda como um fator decisivo na melhoria das condições de acesso

ao consumo de alimentos, deixar que o mercado e as famílias se encarreguem de encontrar a melhor racionalidade ante as necessidades de um e de outro, seria culpar o indivíduo pelo eventual fracasso de sua estratégia para superar a fome e ao mesmo tempo consumir em outros setores na busca de um sentido para a vida.

3 O VAZIO ALIMENTAR: A COMIDA SOB O COMANDO DO MERCADO

O supermercado é uma invenção estadunidense recente, 1916 (PATEL, 2008). A criação respondeu às necessidades de uma indústria de alimentos que se modernizava e se diversificava com tal rapidez que os formatos originais de varejo, os convencionais armazéns já não atendiam às necessidades daquela indústria.

Nos domínios da mercadoria, sob o modo de produção capitalista, as coisas chegam ao mercado esvaziadas dos seus significados (FONTENELLE, 2017). Decorre daí que a propaganda é quem se encarrega de explicar a utilidade daquela coisa, de sorte que o consumidor identifique no produto a qualidade de satisfazer sua necessidade, provenha ela do estômago ou da fantasia (MARX, 2013). Em outros termos, uma mercadoria na prateleira é somente valor de troca, e o que nos leva a adquiri-la, que ao fim e ao cabo é a única forma da sua utilidade se realizar no consumo, é o que aprendemos sobre suas utilidades, seja pelo acúmulo de informações pretéritas seja por intermédio da propaganda que se encarrega de mostrar dimensões e significados que até então desconhecíamos.

Esses primeiros movimentos ensejam algumas considerações antes de prosseguirmos. O esvaziamento do significado e a propaganda como instrumento de ressignificar a coisa esconde uma armadilha. Tomemos como exemplo prático a propaganda que recomenda o uso deste ou daquele sabão em pó; as peças publicitárias destacam o óbvio, como qualidades: deixar a roupa limpa, não destruir o tecido, manter as cores, e acrescenta qualidades inescrutáveis: cheiro de limpeza, brilho polar etc. Mas que outra função seria esperada de um sabão que não limpa nem destrói a roupa a ser lavada? O mesmo acontece com a comida que adquirimos diariamente. São tantos os predicados ajuntados às qualidades esperadas em um alimento que, ao adquirir um desses produtos, levamos conosco o enredo de uma aventura, do inusitado, do rejuvenescimento e assim por diante.

A indústria da alimentação, no seu vertiginoso movimento de produção, tal como ocorre com qualquer indústria de qualquer ramo, persegue a captura da maior fatia de lucros possível e para tal aposta na inovação que pode colocar uma empresa na dianteira de seus competidores, no domínio expandido das cadeias de produção e por fim no controle da disposição para o consumo das pessoas por

aquele tipo de mercadoria, de sorte a que essa disposição convirja para o que essa empresa produz.

Entretanto, devemos ter presente que a natureza daquilo que é considerado comida e a formação do gosto estão mais associadas às relações sociais do que à noção biológica das possibilidades do que é comestível (FISCHLER, 1995).

Assim, não é exagero afirmar que gosto decididamente não é uma determinação fisiológica construída nas papilas gustativas da língua ou nas células do palato (ONFRAY, 1999; POLLAN, 2008; MONTANARI, 2008). O desenvolvimento das relações sociais entre as pessoas submetidas aos arranjos de poder que uma sociedade de classes engendra, influi na construção e nas mudanças de significados de praticamente todas as coisas que dão sentido à ideia de vida que temos. Nasce daí tradições, tabus e preconceitos, preferências e hábitos que marcam sociedades, que distinguem classes sociais, que estimulam a imitação como evolução ou só mesmo como estereótipo da distinção que acompanha o costume e o consumo.

Tomados os significados dos alimentos e seu consumo, parece razoável aceitar que a determinação social do gosto nos domínios da fantasia incide ora mais ora menos fortemente sobre consumo; tanto o gosto socialmente determinado pode fortalecer consumo de determinado alimento como torná-lo proscrito até que novos interesses, derivados de outro arranjo de poder, reabilitem aquele enquanto proscurem o outro.

Os gastos com propaganda realizados pelas gigantes da alimentação, as Dez Irmãs³ (ESTEVES, 2017), atingem a casa de trilhões de dólares no esforço de promover quase dois mil novos itens alimentares lançados anualmente no mercado. Em Pollan (2008), Omnstead (2017), Montanari (2008), dentre outros, o desenvolvimento tecnocientífico aplicado à engenharia de alimentos vem obtendo sucesso na criação de comida que imita comida a partir de poucas variedades alimentares (soja, milho, arroz, trigo, açúcar), que praticamente reproduzem sabor, textura, cor e em alguma medida gosto, de praticamente qualquer alimento real que conhecemos; uma falsificação legalizada do produto original, barata e muito lucrativa para quem produz.

Para a comida-mercadoria, os pressupostos que evoquem as memórias gastronômicas, as práticas e hábitos alimentares dos povos, funcionam na prática como um contencioso que atrapalha a expansão das vendas e dos lucros. Um desses obstáculos sempre foi aquele representado pelo sistema convencional de varejo de alimentos, pelos restaurantes e bares sustentados nos cardápios de prato do dia e do prato feito. As vendas da comida-mercadoria dependem basicamente de duas condicionantes: a primeira, como já visto, na forma da propaganda veicu-

3 Para identificar os 10 maiores conglomerados da indústria de alimentação, conhecidos como as 10 Irmãs, buscar nas referências por Esther Vivas Esteve: O negócio da comida.

lada pelo uso intensivo dos recursos sinestésicos, seja na forma de propagandas diretas veiculadas pela televisão, rádios e redes sociais, seja de modo subliminar em filmes, séries de televisão e novelas; a outra, de uma relação sempre favorável entre a renda disponível e os preços das mercadorias; a comida que imita comida deve reunir apelos distintivos que incentivem o desejo de consumi-las e preços baratos que as tornem acessíveis ao maior número possível de comensais.

Como anota Veras (2017), os supermercados com sua lógica de vendas anunciam a praticidade combinada com diversidade e preços baixos, tudo reunido num único e moderno espaço no qual o consumidor pode finalmente exercer seu direito de escolha, e mudaram nosso modo de comer e de consumir, estiolando nossas memórias e convicções sobre como satisfazer necessidades alimentares de modo adequado e seguro, submetendo tudo e todos às necessidades do capital.

Nessa perspectiva, aquilo que consideramos como normal se revela uma armadilha. A máxima de que o consumidor sempre tem razão repetida à exaustão pelos manuais acadêmicos e pelo senso comum é só propaganda. Como destacam Patel (2008) e Giménez & Patel (2009), o consumidor é o inimigo que precisa ser submetido, e a forma de submissão mais letal é a captura da sua capacidade de decidir, de escolher. Nessa batalha, empresas ligadas à produção de alimentos, do campo ao varejo, concorrentes na disputa do mercado se convertem em aliadas contra o inimigo comum, a autonomia do consumidor e tudo que possa oferecer abrigo a esse “perigoso” exercício de racionalidade. O consumidor sempre tem razão desde que escolha aquilo que os oligopólios da alimentação querem que ele escolha, uma lógica fordista reinterpretada.

O ingresso do supermercado no sistema de varejo de alimentos está diretamente ligado com o enfraquecimento das redes capilares de varejo. Os equipamentos tradicionais do varejo alimentar sempre exerceram um papel relevante para o abastecimento, especialmente o das famílias pertencentes aos estratos de renda mais baixos, que na atualidade os estudos sobre consumo indicam como “classe C”⁴, porque são esses equipamentos que, em geral, oferecem crédito direto via caderneta e asseguram, também, a possibilidade de compras de alimentos em unidades fracionadas, expediente comum nas emergências de renda.

Os supermercados, por sua vez, operam com vendas à vista e transmitem como vantagens além dos preços baixos que praticam uma ideia muito simples e clara: tudo o que a(o) consumidor(a) precisa, num único lugar; produtos alimentícios embalados e processados, do café da manhã ao lanche, da refeição rápida e prática ao prato elaborado que no micro-ondas vai à mesa em minutos. Multiplicam-se mensagens que destacam a modernidade do equipamento e distinguem quem ali faz suas compras com a marca da mesma modernidade.

4 Classe C é um estalão de consumo que alberga, no Brasil, algo em torno de 100 milhões de indivíduos, 55% da população com rendimentos familiares que variam entre R\$ 2000,00 (duzentos reais) e R\$ 8.000,00 (oitocentos reais) mês.

Com a difusão das lojas de autosserviço, a disputa entre o convencional e o moderno pendeu com força para este último. A comida barata e prática, economizadora de tempo de preparo, que pode ser armazenada por períodos estendidos sem perder a condição adequada para o consumo incidiu, também, na redução dos custos de reprodução da força de trabalho, e para o capital é de fato o que importa. Ademais, os novos produtos de alimentação puxaram consigo novas necessidades nas cozinhas onde se preparam as refeições, tudo se voltou para a modernidade da comida pronta ou pré-pronta, instituiu-se o império do embrulhado, do enlatado, do congelado em total desfavor das práticas de descascar, de cozinhar no tempo dos alimentos (MONTEIRO et all., 2022).

Os estudos sobre a urbanização do Brasil têm em comum a ideia de uma cidade que se desenvolve ao sabor das necessidades do capital, mas não obrigatoriamente aquelas ditadas pela industrialização como seria esperado se a generalização da questão urbana fosse tomada como linha de orientação. As atividades agroexportadoras e as oscilações nas ocupações ao longo dos ciclos econômicos que operaram como agente emulador da acumulação por séculos ajudam a entender um movimento constante de massas de migrantes que, expulsos do campo, buscam na cidade a sobrevivência, e tal empresa não remete à oferta de emprego, e sim à urgência que a vida miserável impõe.

No magnífico livro **Morte e vida de grandes cidades**, Jane Jacobs (2000) dedica um capítulo inteiro para a discussão das condições para a diversidade urbana e sua importância na vida cidadina. Para a autora, a diversidade de usos dá vitalidade a uma vizinhança, a um bairro, muito além dos aspectos relacionados com a economia. A diversidade de usos “anima” o lugar, e exatamente essa condição influi nas relações sociais que ali se desenvolvem; as críticas quanto à “anarquia” e “anti estética” que muitos atribuem aos espaços nos quais diversas atividades se misturam ao mesmo tempo são aspectos refutados por Jacobs ao argumentar que a diversidade não pressupõe a vulgaridade, muito menos a anarquia.

Na **História política do abastecimento** (1918-1974), de Linhares e Teixeira da Silva (1979), e na obra de Graham (2010), dentre outros autores essenciais para a compreensão dos fundamentos do abastecimento alimentar urbano, dois elementos marcam presença constante, as crises alimentares na forma da instabilidade da oferta e do peso da inflação que agrava as assimetrias entre renda e preços dos alimentos e, não menos importante, o multifacetado sistema de abastecimento no qual o varejo formal e informal convivem e se complementam, a comida do lugar e de alhures se integram, o moderno e o antigo disputam preferências que cambiantes ora marcam a distinção entre os mais ricos ora perdem vitalidade com a assunção do antigo como expressão do moderno e adequado.

O advento da modernização do sistema varejista de alimentos estiolou a rede convencional de varejo levando ao desaparecimento dos grandes armazéns e subtraindo importância do varejo convencional, sem, contudo, liquidá-lo como ocor-

reu com os grandes armazéns instalados nos bairros da classe média, primeiro e mais robusto segmento a aderir à modernidade do autosserviço. Nas periferias, as redes convencionais e suas estratégias de venda mantiveram-se mesmo depois de os supermercados capturarem parte da demanda das massas populares, exatamente porque é o varejo convencional a medida certa do socorro para suprir o que as assimetrias entre renda e preços comprometem nas compras realizadas no autosserviço.

Contudo, não existem mágicas nem há partícula de benemerência presente nos negócios numa economia de mercado. Toda modernidade e vantagens que o autosserviço pode oferecer se sustenta numa intrincada operação comercial financeira que, grosso modo, se resume em compras a prazo com os fornecedores, numa escala capaz de gerar inevitavelmente algum grau de dependência dos produtores de mercadorias que constatam rapidamente ser o supermercado o principal ou o mais importante comprador na carteira de clientes daqueles fornecedores; tal condição tem o poder de deslocar as relações de negociação da produção para a comercialização.

A renda das pessoas viventes nas regiões periféricas sempre foi caracterizada pela assimetria entre a disponibilidade de dinheiro e o preço das mercadorias necessárias ao atendimento mínimo das necessidades de consumo. Como já discutido aqui, os expedientes operacionais presentes na rede capilar de varejo operavam, e segue sendo assim, como mecanismo para “esticar” o poder de compra das famílias que lidam com orçamentos restritos, seja em razão das baixas remunerações do trabalho, seja porque os ingressos têm comportamento intermitente à medida que são capturados nos setores informais da economia.

Assim, se por um lado a presença de supermercados em zonas dinâmicas nas regiões periféricas representa uma melhoria nas condições de acesso às mercadorias em virtude dos preços mais baixos praticados nesses equipamentos quando comparados com os do comércio tradicional, por outro a concorrência atinge fortemente o varejo de pequeno porte que usualmente fazia dos supermercados seu fornecedor atacadista.

Nos bairros populares, a diversidade registrada na rede capilar de varejo alimentar tem sua existência vinculada ao movimento diário nas lojas e nos tabuleiros e veículos do comércio ambulante. Portanto, a vitalidade do comércio do lugar depende da conjuntura a que se submetem os cidadãos ali residentes; momento de refluxo da atividade econômica que impacte a renda do trabalho formal e informal ocasionando perda de renda para o consumidor implica retração imediata do comércio local. Os equipamentos de varejo e os agentes informais responsáveis pelo comércio ambulante raramente reúnem condições econômicas suficientes para suportarem quedas de movimento – na prática esses agentes executam planejamento de curto prazo –, porque sua capacidade de endividamento é muito restrita, e sua força de negociação com fornecedores raramente permite que es-

ses equipamentos possam contar, nas suas compras, com prazos que ultrapassem trinta dias para o pagamento.

Essas restrições de crédito e as dificuldades nas negociações de preços tornam o comércio convencional muito vulnerável aos humores da conjuntura econômica e seus impactos nos rendimentos das pessoas; cenários de inflação forte de preços dos alimentos, desemprego, instabilidade nas atividades informais de onde provém a renda das massas populares podem determinar facilmente o encerramento da atividade de um equipamento e a cada recuo na diversidade da rede capilar de varejo ampliam-se os riscos de agravamento das condições de insegurança alimentar das populações economicamente mais vulneráveis.

4 CONCLUSÕES

A periferia, no uso do espaço, sempre exibiu uma ocupação pela rede de varejo e de serviços, tanto diversificada quanto anárquica que cria lugares dinâmicos, estuantes de vida; uma quitanda pode estar instalada ao lado de uma loja de móveis que tem ao seu lado um salão de beleza que nos altos abriga uma clínica dentária; um bar cercado por uma igreja e por uma loja de materiais de construção seguida por uma pizzaria que tem ao seu lado um varejo de ração para animais e outra igreja. Os mercadinhos familiares se multiplicam e disputam clientela com mercearias de quintal, ambulantes vendendo peixes, pães, frutas, entre outros produtos.

Na corrida de apropriação do espaço pelo capital dentre as muitas possibilidades, a estratégia de concentrar a pobreza nas periferias em ocupações rarefeitas tem sido a mais recorrente. As ocupações irregulares e desassistidas pelo poder público são desde as primeiras ocupações o cenário de movimentos sociais de reivindicação que ao longo do tempo alcançam sucesso nas suas demandas para “amansar” a terra que determina essa “animação” nas zonas dinâmicas do varejo local, algo como se fosse o “centro” do bairro.

Essa formação de polos nas periferias, resultantes de ocupações mais antigas que abrigam populações envolvidas com atividades menos sujeitas à alta rotatividade e instabilidades e que asseguram algum grau de perenidade da renda – funcionários públicos do baixo escalão, empregados do comércio nas zonas centrais, administrativos de escritórios, motoristas empregados no transporte de cargas e passageiros, dentre tantas outras ocupações com baixa remuneração, mas com regularidade nos ingressos – estimulam as atividades de varejo e serviços que captam clientes, também, das fronteiras expandidas e mais recentes das regiões periféricas.

○ frenesi do comércio especialmente nos finais de semana quando a população trabalhadora tem períodos de folga e os empregam para realizar compras e lazer, atraíram para aquelas regiões mais adensadas e dinâmicas lojas e serviços de

cadeias regionais e, em alguns casos, grandes redes de varejo. Esse é um fenômeno mais recente e ainda pouco estudado, portanto, neste ensaio, as argumentações sobre este tema refletem mais empiria do que um raciocínio sustentado em dados e estudos regulares.

A atração de lojas pertencentes às grandes e médias cadeias de varejo busca capturar uma demanda efetiva que, sujeita aos limites do paradoxo do abastecimento⁵, experimenta barreiras que poderiam ser desbloqueadas se um arranjo de equipamentos capazes de reproduzir as vantagens de escala das grandes cadeias se instalasse no lugar.

Os arranjos em que a função de atacado se combina com varejo, conhecidos como “atacarejos”, têm sido a forma mais constante de intervenção. As mais recentes pesquisas sobre o varejo de alimentos em tempos de inflação em ritmo de marcha forçada não só confirmam o papel do “atacarejo” para a periferia como indicam que setores que uma parte cada vez maior dos consumidores ancorados nas faixas de consumo C – podendo alcançar o limite inferior da classe de renda B – voltaram às compras mensais e têm nesse arranjo híbrido a alternativa mais buscada para melhorar a relação poder de compra e preços dos alimentos na prateleira.

Se por um lado essas lojas podem reduzir o peso do dispêndio com alimentação das populações tanto pela prática dos preços comuns das grandes redes quanto pela proximidade que em tese eliminaria gastos com deslocamentos para outras regiões onde antes se abasteciam; de outro, o peso da concorrência encolhe a rede convencional, seja pelo estiolamento da atividade em razão dos recuos da demanda, seja pela extinção de pontos de venda em virtude da fragilidade própria.

O estiolamento desse varejo peculiar comum nos bairros populares não afasta a precariedade sob a qual operam os equipamentos locais. As falências ou o simples encerramento das atividades quando a informalidade tenha sido a via para sustentar as operações de venda são acontecimentos recorrentes e, em cenários nos quais a renda do consumidor enfrenta restrições ou cessam as possibilidades de obtê-la emergem desertos alimentares que, ao fim e ao cabo, exponenciam as condições de insegurança alimentar e nutricional sempre presente entre as camadas mais vulneráveis da população.

A lógica da captura do lucro a partir da subversão da ideia de comida é, sem dúvida, um fator importante para o avanço da insegurança alimentar e nutricional e a ausência do Estado na retomada das políticas públicas de abastecimento alimentar uma alavanca que impulsiona da fome de lucros às custas das fomes das populações mais pobres.

5 Paradoxo do Abastecimento diz respeito ao fato de a população mais pobre comprometer parte maior da sua renda com a compra de alimentos em volumes insuficientes e a preços mais elevados do que os praticados nas redes de supermercados que atendem aos segmentos de renda mais elevado.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Min da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília-DF: MS, 2006.

DOYAL, L & GOUGH. **Theory of human need**. London: Palgrave, 1991.

DRÈZE, J & SEN, A. **Hunger and public action**. Oxford: Claredon Press, 2002.

ESTEVES, Esther Vivas. **O negócio da comida**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FAO. **Food and Agriculture Organization of the United States**. 2023. <https://www.fao.org/publications/search/es/?serialtitle=UGFub3JhbWEgZGUgGEGU-2VndXjpZGFkIEFsaWlbnRhcmllHkgbGEgTnV0cmlljacOzbiBlbiBBbcOpcmlljYS-BMYXRpbmEgeSBibCBDYXlpYmU=>. Acesso em 09 julho 2023.

FONTENELLE, Isleide A. **Cultura do consumo**. São Paulo: FGV, 2017.

GEORGE, Susan. **Mercado da fome**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GOMES JR, Newton N. **Necessidades humanas e segurança alimentar**. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

GRAHAM, R. **Alimentar a cidade**. São Paulo: Cia das Letras, e-book. 2010.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric; PATEL, Raj. **Food rebellions**. Oxford: Pambazukas Press, 2009.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LINHARES, M.Y. L; SILVA; F.C.T. **História política do abastecimento (1918-1974)**. Brasília-DF: Biangri, 1979.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo, SENAC, 2013.

OLHEPARAAFOME.COM.BR. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em 09 julho 2023.

OLMSTED, Larry. **Real food fake food**. University of North Carolina Press: Alconquin Books of Chapel Hill, 2017.

ONFRAY, Michel. **A razão gulosa**: filosofia do gosto. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

PATEL, Raj. **Stuffed & Starved**. New York: Melville House Publishing, 2007.

POLLAN, Michael. **Em defesa da comida**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

SINGER, Paul. Os efeitos da crise econômica sobre o estado nutricional dos brasileiros. In: **Raízes da fome**. MINAYO, Maria Cecília (org.). Petrópolis-RJ: Vozes, 1985.

Recebido em: 26/11/2022
Aprovado em: 18/04/2023

